



## Boletim Nutrindo a Mudança – AGOSTO DE 2024

### Cerrado ou Serrado? Motosserra ruralista avança sobre a vida do bioma

Por Susana Prizendt - C. P. C. A. P. V. e MUDA-SP publicado originalmente no [Outras Palavras](#)

*Agro lidera o ataque a este riquíssimo bioma. Incêndios são só a ponta do iceberg. Destroem-se, com a Natureza, culturas ancestrais. Os olhos devem estar abertos em tempos de tanta fumaça: só a Agroecologia pode reverter a lógica eco-etnocida*

Dentro dos ambientes dos edifícios situados na Praça dos Três Poderes, em Brasília, o mobiliário, o ar-condicionado e as roupas de seus frequentadores podem enganar quem assiste as sessões do Congresso Nacional ou do Supremo Tribunal da Justiça na televisão. A própria urbanidade da capital do país, com seus eixos ortogonais e prédios de concreto armado, ainda permite confundir as pessoas quanto ao local do país em que estamos, não fosse o clima a se impor com sua secura característica e sua luminosidade singular.

Mas é só percorrer alguns quilômetros no entorno da urbe e a constatação é inequívoca: estamos no meio de um bioma brasileiro que não tem nada a ver com ternos de tecido escuro e sapatos de bico fino. Nosso Cerrado é quente, rústico, entremeado de vegetações endêmicas que se adaptaram lentamente ao solo pouco argiloso, ao sol forte e ao relevo marcante do grande planalto central do território brasileiro. Nele, um conjunto de animais igualmente peculiares encontrou um lar e segue habitando e se reproduzindo em uma delicada teia de inter-relações, em que estratégias de sobrevivência e convívio são compartilhadas. Estamos falando de ambientes com uma biodiversidade única, ainda longe de ser totalmente conhecida pela ciência humana - e que, se continuarmos nos rumos em que estamos, podemos nem ter tempo de conhecer.

Atualmente, numa região em que deveria haver milhares de espécies de plantas e de animais interagindo e renovando o poder criativo da vida, passamos a encontrar um outro tipo de cenário, diametralmente oposto. Cada vez mais, é possível ver imensas monoculturas abarrotadas de agrotóxicos (já se sabe que [600 milhões de litros](#) são lançados anualmente no bioma), em que quase nada sobrevive, exceto a espécie vegetal ali cultivada.

São as fazendas do famoso Agro, cujos representantes dominam a esfera legislativa em Brasília, impondo uma agenda que passa o trator em cima de tudo aquilo que poderia se colocar na frente (ao lado, abaixo e acima também!) da garantia da máxima e imediata pujança econômica do setor. E aqui vale reforçar o uso da palavra “imediate”, já que não se importam em [destruir as condições futuras necessárias](#) às suas próprias atividades, dando uma banana podre para seus descendentes ou até para si mesmos, quando - e se - atingirem mais idade.

Deixo as especificações sobre o que leva a um comportamento tão sem pé nem cabeça, como o que atenta contra a manutenção da (até mesmo da própria) vida, a cargo dos sociólogos, psicólogos e psiquiatras - embora não desconheça o quanto a cultura do lucro a qualquer custo adoce a mente das pessoas, a ponto de gerar vícios difíceis demais de serem quebrados. O fato é que nosso Cerrado está perecendo em meio à ganância de uma elite econômica voraz, enraizada em um sistema internacional que vampiriza a natureza para se manter em expansão.

Só que, no caso do Cerrado, diferentemente do que vemos em relação a biomas mais exuberantes, como o amazônico, a destruição sofrida não tem ganhado a devida notoriedade na mídia, nem dentro, nem fora do país. Mesmo em termos constitucionais, ele não foi reconhecido como um bioma-patrimônio pela Constituição Federal de 1988, como o foram a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica. Pelo código florestal atual, apenas 20% das áreas das propriedades privadas situadas no Cerrado devem ser obrigatoriamente preservadas, valor que sobe para 35%, no caso de estarem dentro da Amazônia legal. Para dar uma ideia do contraste, no bioma amazônico, esse percentual é de 80%, o que “empurra” muito da destruição ambiental para os estados em que nosso Cerrado predomina, como é o caso da região conhecida como Matopiba - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia -, sobre a qual a fronteira agropecuária marcha aceleradamente.

### **Rabo de inhambu ou cauda de pavão**

Se você olhasse para uma floresta densa, com árvores imensas e tons de verde brilhantes, entremeada por rios que chegam a parecer mares, e constatasse que há “buracos” nessa trama vegetal, nos quais as plantas tenham sido suprimidas e a terra esteja exposta, certamente ficaria em choque com o contraste gritante. Não há quem olhe para as áreas destruídas da floresta amazônica em comparação com suas áreas preservadas e não sinta esse brutal impacto. Mas, com a paisagem do Cerrado, nem sempre há essa sensibilidade. É que sua formação arbustiva, de formas mais retorcidas e tons amarronzados, compõe um cenário que não equivale ao ideal que as pessoas costumam ter de um paraíso tropical. Sua imensa biodiversidade, que o faz ser considerado a savana mais biodiversa do planeta, é muito mais discreta. Podemos dizer que é como olhar para um inhambu, avezinha amarronzada quase sem rabo, que está ao lado de um pavão. O pavão vai capturar sua atenção.

O que muitas pessoas ainda não entenderam é que, assim como no caso das aves, em que cada espécie tem um papel fundamental para a manutenção do equilíbrio da teia da vida, cada um dos nossos biomas também exerce funções necessárias para que o conjunto deles seja viável. No caso do Cerrado, ele abriga cerca de 35% das espécies de abelhas tropicais, inseto que tem a missão de polinizar muitas das plantas que comemos. E também em torno de 28% dos anfíbios, o que nos faz refletir sobre a presença da água na região. Aqui, vale destacar que, das 12 principais bacias hidrográficas brasileiras, 8 têm suas nascentes no bioma, o que revela a importância que ele possui para a regulação dos fluxos hidrológicos do país, sendo considerado a nossa verdadeira “caixa d'água” - ou chamado de “berço das nossas águas”, expressão mais poética.

E é a destruição dessa delicada rede de nascentes essenciais que está sendo levada a cabo pelo que chamamos - não gratuitamente - de Ogronegócio. Suas motosserras, seus tratores, seus incêndios criminosos, seus venenos agrícolas e, principalmente, sua imensa ganância curto-prazista, têm transformado esse cenário tão único e biodiverso em gigantescas monoculturas de commodities - que ajudam o país a bater recordes na produção de grãos -, ou em meros pastos para a criação de gado - contribuindo para engordar um rebanho nacional que já chega a quase 235 milhões, mais do que a própria população brasileira, com seus 203 milhões de habitantes.

A pergunta que não quer calar é: quem come essas toneladas de grãos e de carne? Por mais que, com as ações do atual governo federal, nosso país esteja deixando o cenário apocalíptico da fome - lapidado com esmero pelos governos que se estabeleceram após o golpe de 2016 -, e que mais de [14 milhões de pessoas](#) já tenham saído da insegurança alimentar severa somente no ano de 2023, ainda estamos muito longe de garantir comida na mesa em quantidade e, principalmente, em qualidade, para alimentar nosso povo. Então, o destino dessa produção agropecuária monumental é mesmo a barriga dos gringos, seja de forma direta, como no caso da carne, seja de forma indireta, como no caso da soja que será usada como ração para a criação de seus animais.

Para nós, simples habitantes da colônia, que há mais de 500 anos somos sugados pelos poderes imperialistas da vez, restam a devastação da nossa flora e fauna nativas, a perda da fertilidade do solo, a contaminação por venenos proibidos em solos europeus e a cruel desigualdade socioeconômica, já que a concentração fundiária nessas regiões é pra lá de [pornográfica](#) e [ameaça o modo de vida](#) de povos

tradicionais que, há milhares de anos, vêm criando uma relação umbilical com seus territórios, na qual cada pequena erva é sagrada.

### **Invasão total**

Se os animais e plantas não têm meios para enfrentar a fúria ruralista e apenas vão sucumbindo à passagem de suas motosserras, ainda há vozes que se erguem para resistir ao extermínio. Em diversas regiões do centro-oeste do país, nações indígenas seguem em busca da retomada de suas terras ancestrais. Dada a lerdeza, para dizer o mínimo, por parte do poder público em promover a demarcação dos territórios dos povos tradicionais, vem crescendo um movimento que busca realizar a chamada autodemarcação, ocupando as áreas que deveriam ser destinadas, segundo nossa Constituição, à sua habitação e reprodução da vida.

A disputa territorial é incensada pela indefinição quanto à adoção ou não do chamado [Marco Temporal](#), proposta ruralista que defende que as demarcações de terras indígenas se dariam apenas nos locais ocupados por eles quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada. Acredito que nem é preciso dizer o quanto essa tese é absurda, dada a história de dizimação sofrida pelos povos originários, que fez com que migrassem constantemente para fugir do extermínio ou da perda das condições necessárias ao seu modo de viver. Mas ela foi aprovada no parlamento, segue em debate na justiça e gera insegurança para um amplo conjunto de etnias que ainda não conquistou juridicamente seu território.

É dentro desse enrosco jurídico, que setores mais violentos do setor do Ogro têm criado milícias fortemente armadas para impor seu domínio nas áreas em disputa, aterrorizando povos do centro-oeste do país, como os [Guarani Kaiowá](#), mas também em outras regiões, como Paraná, Ceará e Bahia.

O que fazendeiros que invadiram territórios indígenas tentam fazer, através de sua brutalidade, é antecipar, na realidade prática, a definição final do debate sobre o Marco Temporal, considerando que ele será mesmo aprovado e as “propriedades” latifundiárias que eles detêm, regularizadas. Ou seja, trata-se de uma verdadeira demonstração do poder ruralista, com a desobediência escancarada aos processos determinados pela justiça, como se ela não fosse necessária para reger nossa territorialidade.

É esse movimento típico do agrofascismo - que se desenvolveu dos anos Temer pra cá - que pariu iniciativas como o grupo que se autodenomina [Invasão Zero](#). Organizando-se através das redes sociais - e usando-as para anunciar suas atividades e antecipar emocionalmente o terror que visam gerar fisicamente -, a turba reúne fazendeiros e capangas, muitas vezes, apoiados pelos poderes políticos, econômicos e jurídicos locais, fortemente armados e equipados de veículos de grande porte. É de dentro desses verdadeiros tanques de guerra que seus integrantes irrompem em áreas que foram ancestralmente ocupadas por certos povos indígenas - das quais haviam sido expulsos pelas forças do capital e às quais tentam agora retomar -, disparando suas espingardas, destruindo roças recém criadas, incendiando acampamentos e apavorando homens, mulheres e crianças que somente tem maracás nas mãos.

Se alguém tem dúvida sobre quem está invadindo o quê nesse drama, vale voltar para os tempos escolares e estudar novamente quem são os povos originários do território que foi batizado com o nome de Brasil e ler nomes como Terena, Botocudo, Tamoio, Timbira, Aymoré... Mas as palavras, sobretudo ditas em língua portuguesa, costumam servir aos donos do poder e o ruralismo martela dia e noite em todos os veículos de comunicação que controla que são os indígenas, quilombolas e camponeses sem terra que estão invadindo a propriedade privada alheia e desrespeitando um direito que deveria ser sagrado: o da posse capitalista.

O recado é nítido e revela que o Ogronegocio não vai permitir que setores da população que não agem de acordo com a lógica colonialista - em que a terra é somente um bem a ser maximizadamente explorado - atrapalhem seus objetivos financeiros. Só que, agora, ao contrário do que pregam, inclusive do termo com que batizaram uma de suas milícias, não é “invasão zero”, é “[invasão total!](#)”, dada a truculência com que eles vêm se apossando de cada metro quadrado de terra, seja em que bioma for ou sobre os corpos de que povo for. Também daria para dizer “[queimada total](#)”, já que o uso do fogo tem sido uma arma poderosa na guerra para dominar o que ainda não foi dominado, mas vamos falar sobre isso já já.

## Serrar a natureza, encerrar o futuro

Proveniente da língua espanhola, o termo cerrado faz referência a algo denso, fechado, ... e, no caso do nosso bioma, está ligado às características vegetais que ele possui. Pequenas árvores, arbustos e capins se enroscam entre si e criam ambientes em que caminhar não é nada fácil. Formas tortuosas, envergadas e entrelaçadas exigem que seus habitantes se adaptem a um deslocamento mais lento, o que cria uma outra fluência do tempo. Podemos dizer que o cerrado não combina com pressa e uniformidade, tão típicas do nosso modelo produtivo. Sua sobrevivência se choca com a busca por controle e velocidade por parte dos condutores da produção agrícola atual, cada vez mais acelerada e mecanizada. A lógica da mercantilização dos elementos da natureza exige que eles sejam domáveis, algo que as paisagens enrodilhadas do cerrado não permitem ser.

Para uniformizar os ambientes e extrair dos territórios do bioma as commodities que nutrem somente os bolsos de um grupelho voraz, as motosserras ruralistas rugem e a vegetação nativa, constituída por muitas espécies endêmicas, padece. As terras em que havia uma biodiversidade exuberante em fauna e flora passam a ser desertos verdes, no caso das monoculturas, ou monótonas pastagens, no caso da criação extensiva de gado. O que não é derrubado, vem sendo queimado, vítima tanto do fogo criminoso quanto do fogo gerado pela secura e alteração da paisagem na esteira da emergência climática global.

De fato, as fogueiras implacáveis vêm se alastrando em várias regiões do país. No mês de [junho deste ano](#), por exemplo, foram queimados mais de um milhão e duzentos mil hectares no território nacional e, deste total, mais da metade pertencia a áreas de ocorrência do cerrado - um valor que, somado aos outros meses do primeiro semestre, fez com que ele sofresse a maior queimada dos últimos seis anos para o período, segundo levantamento do [MapBiomas em 2024](#). A integrante do WWF-Brasil Bianca Nakamoto, confirma que essas queimadas estão vinculadas ao expansionismo agrícola, pois o fogo é usado para “limpar” áreas já desmatadas, abrindo espaço para a plantação vindoura, que costuma ser soja ou braquiária para pasto.

Se a situação em junho, Mês do Ambiente, já era alarmante, ela tem se agravado ainda mais nos últimos meses. Em meados de agosto, a população brasileira foi surpreendida por um fenômeno apocalíptico: um gigantesco túnel de fumaça se estendeu, a partir das áreas incendiadas na [Amazônia](#), no Cerrado e no [Pantanal](#), sobre outras regiões do país, chegando aos estados do Sul e do Sudeste. Como se fosse uma onda precursora do fim dos tempos, essa massa de ar seco e tóxico, contribuiu (ou foi usada como pretexto, a depender das conclusões da [investigação criminal](#) em curso) para a ocorrência de uma leva de incêndios nunca vista no estado de São Paulo, tragando regiões como Ribeirão Preto para o meio do que podemos chamar de um inferno na Terra. Que o Agro é Fogo a gente já sabia, mas queimar SP inteiro e ainda espalhar [teorias da conspiração](#) absolutamente inverossímeis, como a de que esse fogareiro foi tramado pelo MST e pelo governo Lula, é demais para qualquer estômago.

O fato é que, além desse tipo de fake news, muitos dos vídeos repletos de [cenas dantescas](#) também pipocaram nas redes sociais, assombrando até as parcelas da população paulista que não estavam nos lugares afetados, mas que perceberam a transformação na qualidade do ar que respiramos. Menções ao filme Blade Runner pipocaram e um gostinho amargo de futuro distópico que já está aí pôde ser sentido, literalmente, no fundo das gargantas. Se a nova chacoalhada apocalíptica, desta vez constituída do elemento fogo (poucos meses após a que destruiu o Rio Grande do Sul a partir do [elemento água](#)) não despertar a sociedade para o grau de gravidade dos desequilíbrios ambientais que enfrentamos, impulsionando as transformações necessárias para não sucumbirmos frente ao colapso total da civilização, não sei mais o que poderá romper sua apatia suicida.

## Ouvir o canto da resiliência

Voltemos ao nosso Cerrado, lembrando que ele também está presente em parte dos territórios do Sudeste brasileiro, inclusive de [áreas queimadas](#) nos recentes incêndios. Ele possui um dia nacional, 11 de setembro, e, se não podemos brindar à sua saúde, ao menos temos uma oportunidade importante para reforçar a luta contra o processo de violenta modificação de seu território pela fúria da monocultura

envenenada, da pecuária extensiva e da mineração irresponsável. E aqui é necessário considerar QUEM tradicionalmente tem habitado o bioma e conservado sua vitalidade ao longo do tempo.

Temos que compreender que a reconfiguração de suas paisagens implica na destruição de algo extremamente precioso, que vai além da esfera material. Junto com os troncos e galhos, também são serrados e queimados os saberes e fazeres tradicionais de muitos povos. Que o digam os Guarani Kaiowá. Privados de seu território ancestral e expostos à falta das condições básicas para a sobrevivência dos corpos de sua população, eles correm o risco de perder também sua alma, que está interligada profundamente com a teia material dos locais em que suas tradições se desenvolveram. Não é por acaso que há tantos suicídios entre eles. Cada rosar das motosserras ou chiar do fogo descontrolado significa o disparo de mais uma bala no coração das culturas originárias que floresceram junto às tramas do velho cerrado.

E não só os povos indígenas que têm sido alvo de etnocídio. O cerrado é povoado por outras gentes; gentes que também criaram com ele uma relação visceral. Geraizeirxs, ribeirinhxs, quebradeirxs de coco babaçu, raizeirxs, vazanteirxs, coletorxs de sempre-vivas, retireirxs... são muitas as comunidades tradicionais que se nutrem dos ecossistemas do bioma sem destruí-lo, tecendo junto dele seus fios culturais que se estendem por gerações e gerações. São tesouros imateriais compostos por sabedorias amadurecidas no convívio com cada planta, com cada inseto, com cada pequena mina d'água. Alimentos, medicações, vestimentas, utensílios e objetos ritualísticos são manuseados a partir dos seres minerais, vegetais e animais presentes nessa natureza única, sem que ela se esgarce ao longo do tempo.

O [Museu do Cerrado](#), uma plataforma online que traz conteúdos singulares sobre o bioma, tem denunciado essa dizimação de corpos e almas. Também propõe ações para reverter esse aniquilamento. É possível acessar campanhas, manifestos e levantamentos de políticas existentes, além de mergulhar no universo eco-histórico das regiões em que ele predomina, para compreender o que faz com que ele necessite urgentemente ser considerado oficialmente bioma-patrimônio brasileiro, algo interligado à garantia das condições vitais de seus povos tradicionais, já que, como diz Malcom Ferdinand em sua proposta por uma [ecologia decolonial](#), a exploração da natureza e dos seres humanos ocorre conjuntamente e é preciso superar a “dupla fratura colonial e ambiental da modernidade”, que tem gerado movimentos fragmentados na defesa da ecologia ou da justiça social.

Inserida nessa visão integrada da situação planetária, a Agroecologia traz caminhos para inverter a lógica eco-etnocida que tem predominado no mundo, ao conciliar a busca pela plenitude da bio e da sócio diversidade em suas propostas. Ela não pretende ser uma novidade que, criada pelo mundo acadêmico, majoritariamente ocidentalizado, branco e masculino, seria imposta aos povos tradicionais; mas uma porta para que os saberes ancestrais e as descobertas mais recentes sobre a situação que vivemos fluam juntos em direção à busca do equilíbrio entre gentes e ambientes, uma vez que sabemos que as integridades de ambos são indissociáveis.

É por isso que não adianta criar um plano de reflorestamento genérico e sair plantando milhões de árvores em um bioma composto por uma imensa diversidade de arbustos, trepadeiras, ervas e capins nativos. É necessário olhar cuidadosamente para esse tesouro biológico, de modo a considerar as [comunidades que são parte dele](#) e atuam ancestralmente como seus verdadeiros guardiões, extraíndo com equilíbrio suas castanhas, fibras, óleos, medicamentos. Elas não estão no Cerrado, elas são o Cerrado.

Mas só olhos abertos podem não ser suficientes, sobretudo em tempos de tanta fumaça... Ouvir as vozes dos povos do cerrado, ecoando séculos de resiliência frente ao processo de opressão sofrido por parte dos representantes do capital, é questão de sobrevivência. Aliás, costuma-se dizer que o próprio inhambu, ave típica do bioma, é mais ouvido do que visto, já que suas cores se mesclam com as cores do ambiente. Seu canto peculiar é entoado quando o sol está nascendo e se pondo, marcando o tempo da natureza. Sim, ele ainda resiste, mesmo com o rugido das motosserras, o zunido dos aviõezinhos de veneno e os estouros das espingardas, barulhos humanos que não respeitam os marcos temporais que realmente importam, aqueles que regem os ciclos da vida, como o brotar do dia ou o florescer da noite. Apuremos os ouvidos.

## Saber Funcional

### As folhas da chaya são ricas em nutrientes e muito saborosas, mas precisam ser ingeridas cozidas

Por Valéria Paschoal - VP Consultoria Nutricional

Você conhece a Chaya (*Cnidoscolus aconitifolius*)? Ela não costuma ser encontrada nos mercados e faz parte do que chamamos de PANC – Plantas Alimentícias Não Convencionais. É nativa do México, pertence à família das Euphorbiaceae - sendo conhecida como espinafre de árvore - e tem uso milenar pelos povos mesoamericanos. Em sua difusão pelo Brasil, também recebeu o nome comum de couve-de-árvore, já que seu sabor lembra o da couve. Só que, diferentemente desta, a Chaya precisa passar por branqueamento, ou seja, ser fervida antes de ser temperada, tendo a água da fervura descartada. Só depois disso é que pode ser refogada e fazer parte de muitas receitas salgadas e até ser consumida em pamonhas, chips, caldos, panquecas e molhos. É considerada um superalimento!

Suas folhas são ricas em nutrientes, como fibras, cálcio, ferro, vitamina C e fitoquímicos. Devem ser sempre cozidas ou refogadas, pois cruas podem ser prejudiciais. A farinha de Chaya é útil no tratamento de doenças intestinais, aliviando sintomas como dor, gases e intestino preso (constipação). Além disso, é uma excelente fonte de proteínas, fornecendo todos os aminoácidos essenciais ao organismo. A paixão pela culinária feita com a planta deu origem ao coletivo feminino do MST do Rio de Janeiro chamado [Empório da Chaya](#), que já tem 8 anos e comercializa treze produtos beneficiados. Há até um livro de receitas feitas pelas mulheres do grupo, o caderno Empório da Chaya: Memórias, História e Receitas. Tem até bolo e crepioca.

Mas ela também faz parte das delícias criadas por muitos outros coletivos e, para incluirmos as folhas de Chaya em nosso cardápio, trazemos aqui uma receita da [Favela Orgânica](#), iniciativa pioneira que se originou nas comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 2011, com apenas R\$140,00, como fruto do olhar sensível da cozinheira Regina Tchelly. A partir de uma abordagem holística que engloba conceitos como consumo consciente, gastronomia alternativa, compostagem caseira e hortas em pequenos espaços, o projeto já levou suas oficinas e palestras para diversos estados do Brasil, bem como países como França, Itália e Uruguai. Vamos experimentar uma das receitas desse sucesso?

#### Risoto de Chaya

##### Ingredientes:

- 1 xícara de arroz integral cozido
- ½ xícara de cebola picada
- ½ xícara de alho poró cortado em rodela
- 1 colher (sobremesa) açafrão-da-terra ralado
- 1 xícara de água
- 1 colher (sopa) de azeite de oliva
- 200g de ricota
- 1 xícara de leite de coco
- 10 folhas de Chaya cozidas e picadas
- ¼ xícara de castanha do Pará tostada e picada
- ¼ xícara de castanha de caju tostada e picada
- 1 colher (sopa) de Passas
- ¼ xícara de alfavaca picada e sal a gosto

**Modo de Preparo:** Coloque as folhas de Chaya em água fervente por 5 minutos. Escorra e reserve. Num liquidificador, bata a ricota com o leite de coco até virar um creme e reserve. Pique as castanhas grosseiramente com uma faca e reserve. Numa panela aquecida, coloque a cebola e, em seguida, o alho poró. Quando a cebola estiver dourando, acrescente o açafrão-da-terra e a água. Misture e deixe refogar por 2 minutos. Acrescente o azeite e o creme de ricota, e misture. Abaixar o fogo e adicione a Chaya, o

arroz cozido, as castanhas, as passas e, por fim, a alfavaca. Misture delicadamente para incorporar os ingredientes ao risoto. Desligue o fogo e sirva quente.

## Já Mudou!

### **Linha do tempo das Compras públicas de alimentos e o fomento à agricultura familiar no Brasil**

Por Lucas Miranda, Roberta Curan e Juliana Tângari – [Nexo](#) e Cátedra Josué de Castro/USP

*As compras públicas podem ser usadas como um instrumento de fomento para a Agricultura Familiar no Brasil. Conheça os principais marcos de políticas para esse setor*

Nos últimos anos, o Brasil tem demonstrado uma evolução significativa nas políticas de compras públicas de alimentos, especialmente voltadas para o fortalecimento da AF (Agricultura Familiar). Desde as primeiras iniciativas na década de 1940, como a criação do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) e a CNA (Comissão Nacional de Alimentação), houve um contínuo aprimoramento dessa ferramenta de intervenção governamental, culminando com programas robustos como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Essas iniciativas não só promoveram a segurança alimentar, mas também marcaram a opção de incluir no ordenamento jurídico brasileiro a AF como um segmento produtivo estratégico. Com a introdução de legislações específicas, como a Lei 11.947 de 2009, que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos do PNAE para a compra de produtos da AF, verificou-se um objetivo maior em fortalecer a economia local.

A criação de marcos como o Portal Comprasnet e o PLANASAN (Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) em 2012 também contribuíram para uma maior transparência e eficiência nas compras públicas. Apesar dos avanços, há ainda um potencial significativo de crescimento dessa modalidade de fomento. A ampliação das cotas de compras obrigatórias de alimentos diretamente da AF por outras entidades federais, como hospitais e outras instituições, pode aumentar consideravelmente os fundos diretos para a AF. Acreditamos que se essas compras seguissem modelos similares aos do PNAE e PAA, com percentuais obrigatórios, isso poderia não só beneficiar produtoras e produtores de pequena escala, mas também promover uma alimentação mais saudável e sustentável em escala nacional.

Apresentar essa linha do tempo não só destaca o progresso feito até agora, mas também serve como uma chamada para ações futuras, mostrando o potencial ainda inexplorado de utilizar as compras públicas como um instrumento de fomento robusto para a Agricultura Familiar no Brasil, num modelo de ação governamental e intervenção de mercado considerado boa prática, tanto pela FAO (Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) quanto pela OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

1940 - Criação do salário mínimo em 1º de maio de 1940 pelo governo federal brasileiro como uma das medidas que poderia, em princípio, influenciar a alimentação dos trabalhadores. (\*Esfera de governo federal).

Em agosto de 1940 foi criado o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) destinado à melhoria dos hábitos alimentares dos trabalhadores brasileiros e que pode ser considerada a primeira política pública de alimentação do país. (\*Esfera de governo federal)

1945 - Criação da CNA (Comissão Nacional de Alimentação) com o intuito de definir a política nacional de alimentação; estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população; acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação; trabalhar pela correção de deficiências da dieta brasileira estimulando e acompanhando campanhas educativas; e contribuir para o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados. (\*Esfera de governo federal)

1955 - Fundação da CNAE (Comissão Nacional de Alimentação Escolar), órgão responsável pela coordenação e execução da merenda escolar, consolidando as primeiras ações estruturadas de compras públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional infantil. (\*Esfera de governo federal)

1979 - Criação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que institucionalizou a alimentação escolar, ampliando seu alcance e qualidade. O PNAE passou a ser uma referência em termos de segurança alimentar e nutricional para estudantes da rede pública. (\*Esfera de governo federal)

1988 - Criação do Programa Suplementar de Alimentação Escolar que passa a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais. (\*Esfera de governo federal)

1993 - Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos) passa a regulamentar as compras públicas no Brasil, incluindo as compras de alimentos para programas como o PNAE. Apesar de essencial, a lei apresentou desafios para a inclusão da agricultura familiar devido à falta de orientação para a realidade das unidades de produção familiar. (\*Esfera de governo federal)

2003 - Lançamento da Estratégia Fome Zero, com o objetivo de integrar políticas emergenciais de combate à fome com políticas públicas estruturais. (\*Esfera de governo federal)

Criação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que foi instituído para incentivar a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares, fortalecendo a economia local e promovendo a segurança alimentar e nutricional dos agricultores e beneficiários do programa. (\*Esfera de governo federal)

Também em 2003 foi criado o PNAA (Programa Nacional de Acesso à Alimentação), vinculado às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional. Através de fomento financeiro às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como para beneficiários de outros programas de transferência de renda. (\*Esfera de governo federal)

Neste ano foi lançado o primeiro plano safra, programa anual elaborado pelo governo federal para apoiar a produção agrícola no país, tendo como estratégia de funcionamento linhas de financiamentos e seguros operacionalizados pela rede bancária. Esses planos são lançados a cada ano-safra (período compreendido entre julho de um ano e junho do ano seguinte) e têm como objetivo principal fomentar a agricultura, garantindo crédito rural e outros instrumentos de apoio aos produtores rurais. (\*Esfera de governo federal)

2004 - PAA começa a pagar até 30% a mais por alimentos orgânicos. (\*Esfera de governo federal)

2006 - A Política Nacional da Agricultura Familiar é instituída pela Lei 11.326, que reconhece oficialmente a agricultura familiar como segmento produtivo estratégico, incentivando políticas públicas de apoio e a inclusão desses produtores nas compras públicas. (\*Esfera de governo federal)

2009 - Lei 11.947: introdução das Compras Diretas da Agricultura Familiar no PNAE (Alimentação Escolar): A lei exige que no mínimo 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam usados na compra de alimentos da agricultura familiar, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade. (\*Esfera de governo federal)

2010 - A Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, introduziu a alimentação como um direito social na Constituição Federal do Brasil. Esta emenda é um marco significativo para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos brasileiros. (\*Esfera de governo federal)

2011 - Foi autorizada, em âmbito federal, que as EEx (Entidades Executoras) do PNAE pudessem crescer até 30% aos preços de produtos agroecológicos ou orgânicos em relação aos preços dos produtos convencionais. (\*Esfera de governo federal)



O Portal Comprasnet é lançado, facilitando a transparência e o acesso das prefeituras aos processos de compras públicas, incluindo de alimentos. (\*Esfera de governo federal)

O PLANSAN (Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) passa a vigorar e estabelece diretrizes para promover a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, incentivando práticas sustentáveis e a inclusão de pequenos produtores nas compras públicas. (\*Esfera de governo federal)

O PAA chegou ao seu teto máximo até hoje, com valor de R\$ 1,2 bilhão. (\*Esfera de governo federal)

2015 - O MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) estabelece regras para parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, incluindo cooperativas agrícolas, facilitando a participação destes nas compras públicas. (\*Esfera de governo federal)

2018 - O PRR (Programa de Regularização Tributária Rural), instituído pela Lei 13.606, institui medidas para regularização de dívidas dos agricultores familiares, permitindo maior participação destes em programas de compras públicas. (\*Esfera de governo federal)

Neste ano, apenas R\$ 253 milhões foram destinados à execução do PAA. (\*Esfera de governo federal)

2019 - Como exemplo de resiliência dos municípios frente à Pandemia de Covid-19 e às poucas medidas do Governo Federal manutenção dos programas de compra de alimentos da agricultura familiar, o município de Anchieta, no Estado de Santa Catarina lança a Lei Municipal 2457/2019 que prevê que até o ano de 2021, pelo menos 45% dos alimentos adquiridos pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) deveriam ser compostos por alimentos agroecológicos e/ou orgânicos. (\*Esfera de governo municipal)

PAA teve redução de 77,3% no valor executado quando comparado a 2014, com um total anual de R\$ 188 milhões. (\*Esfera de governo federal)

2020 - Pandemia de COVID-19 e a Crise de Abastecimento: A pandemia ressalta a importância da resiliência no abastecimento de alimentos. Prefeituras implementam estratégias emergenciais para garantir o fornecimento de alimentos, reforçando a importância das compras locais. (\*Esfera de governo federal)

Governo Federal veta autorização para que recursos financeiros recebidos para aquisição de merenda escolar fossem transferidos para familiares e responsáveis dos estudantes de escolas públicas durante a pandemia. (\*Esfera de governo federal)

Resiliência municipal: A prefeitura de Vitória do Xingu, no Pará, adotou a compra de kits de alimentos, incluindo produtos da floresta, para distribuição aos alunos durante a pandemia. Foram distribuídas quase 25 toneladas de mesocarpo de babaçu e 5 toneladas de castanha-do-pará. (\*Esfera de governo municipal)

Resiliência municipal: O município de Florianópolis, em Santa Catarina, lança o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana para incentivar a produção agrícola local e garantir a compra institucional desses alimentos para a alimentação escolar e outras instituições sociais. (\*Esfera de governo municipal).

Resiliência municipal: O município de Goiás, no Estado de Goiás cria o Programa Vale-feira, um programa social que oferece um vale-feira no valor de R\$ 80,00 para 200 famílias de baixa renda, destinado à compra de produtos de famílias agricultoras e assentamentos rurais. (\*Esfera de governo municipal)

2021 - Lançamento do Programa Alimenta Brasil sobre as mesmas bases do PAA mas com orçamento reduzido de R\$ 679,5 milhões. (\*Esfera de governo federal)

2022 - Neste ano, o orçamento PNAE 2022 foi de R\$ 3,92 bilhões. (\*Esfera de governo federal)

2023 - Em 2023 6,4 bilhões de reais de fundos federais foram destinados à compra pública de alimentos diretamente da agricultura familiar, sendo 85,94% via PNAE e 14,06% via PAA. (\*Esfera de governo federal)

PAA é retomado com reajuste e prioridade a mulheres, população negra e indígenas. O orçamento destinado ao programa é de cerca de R\$ 900 milhões. (\*Esfera de governo federal)

Após seis anos sem correção, os valores per capita do PNAE para todas as etapas e modalidades da educação básica são reajustados em percentuais que variam de 28% a 39%. Saltando para R\$ 5,5 bilhões em 2023 o orçamento total. (\*Esfera de governo federal)

2024 - Orçamento previsto de R\$ 750 milhões para o PAA. (\*Esfera de governo federal)

Parceria entre CONAB e Ministério da Saúde define que 30% da alimentação dos hospitais federais e filantrópicos deve vir da agricultura familiar. (\*Esfera de governo federal)

## Vamos Mudar?

### **MPA realizou Seminário Nacional sobre os Impactos das Mudanças Climáticas e a Importância da Agroecologia na Promoção da Saúde Humana e Ambiental**

Por MPA

De 19 a 23 de agosto, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) realizou [Seminário Nacional](#) sobre os Impactos das Mudanças Climáticas e a Importância da Agroecologia na Promoção da Saúde Humana e Ambiental, em Brasília- DF, com a presença de mais de 60 lideranças de 15 estados brasileiros, com foco na nova geração camponesa para este florescer de novas sementes, agroecologia e saúde, campesinato e clima, biopoder camponês e a preservação das sementes criolas.

O evento envolveu mística e animação do Coletivo de Gênero e das regiões Amazônica, Nordeste, Sul e Sudeste; reunião de coletivos e de grupos de trabalho; palestras, debates, e presenças a distância ou presencial de convidados especiais, tais como, João Pedro Stédile, Ademar Bogo, Maureen Santos, Tatiana Oliveira, Ana Prestes, Frei Sérgio Gorgen e Larissa Packer.

As principais discussões giraram em torno da Biodiversidade e mudanças climáticas, Crise Climática, Cadeia Agroindustrial, Soberania Alimentar, Missão Josué de Castro, Parcerias com a Fiocruz, Agenda de Saúde e Agroecologia, Políticas públicas e o trabalho territorial; e sobre os esforços logísticos do MPA para realizar o 4º Encontro Nacional de Mulheres Camponesas, previsto para outubro deste ano em Salvador, na Bahia, com a presença de cerca de mil mulheres.

O 3º Encontro Nacional das Mulheres do MPA, sob o lema “Por Direitos e Soberania Alimentar, mulheres camponesas, avançar!”, contou com a presença de cerca de 60 camponesas, na sede da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em Brasília, entre os dias 4 e 6 de novembro de 2022, representando mais de 10 estados do Brasil e a diversidade camponesa.

Para o Seminário Nacional sobre os Impactos das Mudanças Climáticas e a Importância da Agroecologia na Promoção da Saúde Humana e Ambiental, o MPA preparou e distribuiu uma cartilha com cerca de 40 páginas, pela qual denuncia as falsas soluções climáticas, pelo tal mercado de carbono, net zero e outras mentiras que mascaram o problema e desviam recursos de esforços verdadeiramente efetivos, como também duplicam a responsabilidade dos países e povos do Sul Global. Outro texto importante trata da Biodiversidade e Mudanças Climáticas, apontando as lutas do MPA pelas sementes crioulas e por soberania alimentar. O MPA finaliza a cartilha com dois textos de suma importância contemporânea. O primeiro intitulado “o negócio da fome na América Latina” e o segundo leva o título de “Soberania popular sobre a produção e distribuição de alimentos”.

Todos os textos do documento são orientadores para debates nas bases do MPA e priorizam a organização camponesa, a partir dos objetivos principais do MPA na luta por direitos, terra e soberania alimentar. A noite cultural foi animada por um trio tradicional de forró, um farto jantar e com as presenças da secretária da Mulher da CUT-DF, Thaísa Magalhães, do presidente da CUT-DF, Rodrigo Rodrigues, e do Ministro-Conselheiro da Embaixada da Venezuela, Efrén Martín.

Em uma parada táctica da festa, a Doutora em Serviço Social e Mestre em Desenvolvimento Regional, Letícia Chemini, lançou o livro “A questão Agrária no Capitalismo Dependente: elementos da questão social e a resistência do campesinato brasileiro”.

Ela é militante do MPA e trabalha a temática da questão agrária, com atuação junto aos movimentos sociais e sindicais do campo, que se estrutura por dentro de uma militância orgânica, política e técnica e que se conjuntura por meio de consultoria e assessoria na elaboração de projetos, captação de recursos, extensão rural, processos formativos, questão de gênero, conflitos agrários, reforma agrária, direitos sociais e trabalhistas, crimes ambientais, regularização fundiária, produção agroecológica e mobilização/organização coletiva do campesinato.

O final do evento contou com vários informes da militância do MPA, de vários cantos do país, com foco principal no programa “Arroz da Gente”, uma luta e uma vitória do MPA. Maria Cazé, veterana do movimento, fez um breve resumo do programa recém lançado pelo governo brasileiro com apoio dos movimentos sociais do campesinato, pelo qual aponta que cerca de 400 municípios já estão integrados a estratégia nacional para ampliação da produção de arroz da agricultura familiar, contando também com cerca de 10 mil famílias já cadastradas para a produção.

Ela revelou que o programa vai financiar Silo Secador e 50 colheitadeiras e que o programa vai além da produção de arroz, pois visa a realização de um diagnóstico da produção de arroz, feijão, mandioca e milho; resgate, multiplicação e distribuição de sementes crioulas; construção de um sistema de informações da produção da agricultura familiar, camponesa, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

## **Brotar é Preciso**

### **Que tal aprender a fazer um filtro caseiro com um garrafão, carvão, areia e cascalho?**

Por Conceição Trucom - Doce Limão

Veja como é simples:

Faça um orifício próximo à base de um garrafão e adaptar ali uma torneira bem vedada com arruelas de borracha e cola de silicone; a torneira deve ser precedida de uma pequena rede à guisa de peneira.

Utilizar pedras ou cascalhos arredondados, de mármore, de cristais de quartzo ou de rocha; devem ser separados por tamanho.

Utilizar carvão vegetal puro (encontrado em lojas especializadas em aquários e filtros).

Utilizar areia grossa e areia fina, previamente lavadas e esterilizadas. Para isso, deixá-las em fervura durante 20 minutos.

Proceder a acomodação das camadas dos componentes, iniciando-se com as mais grossas e passando às mais finas, alternando carvão e cascalho.

As camadas devem ter em torno de cinco centímetros de espessura; é preciso acomodá-las com cuidado, socando-as bem.

Fazer a água de um filtro comum doméstico penetrar na parte superior do garrafão; enchê-lo, mantendo a torneira de saída fechada.

Deixar o garrafão cheio durante uma hora e depois abrir a torneira de saída, mantendo a de entrada também aberta. Permitir que a água corra livremente por mais uma hora, para acomodar bem as camadas.

No começo a água pode ficar com gosto de carvão, mas após alguns dias seu sabor será excelente; não sairá escura, mas cristalina. O material deve ser trocado quando o gosto da água se tornar de novo semelhante ao de água de torneira, o que, no entanto, pode demorar vários meses a acontecer.

Ao passar por esse filtro, a água é bem oxigenada porque se choca com muitos obstáculos, embora não chegue a ficar tão rica em oxigênio livre quanto a natural. Não é totalmente purificada, mas perde mais de 80% dos agentes estranhos.

Por último, não deixe de ler meu ebook: E se não houver alimento? onde ensino técnicas de aproveitamento de águas de muitas formas EM MOMENTOS DE EMERGÊNCIA.

]

\*Livro disponível na [loja virtual Doce Limão](#)

## Semeando

### Seminário Latino-Americano em Ambiente Alimentar e Saúde, novas publicações, dica e artigos

#### Destaques:

- Em 2025 acontecerá em Belém, Amazônia brasileira, a trigésima Conferência das Partes da Convenção Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), a COP30. Sua realização na América Latina nos desafia à construção de amplo debate sobre o que representa esse mega evento global para o Brasil e para a Amazônia, que terá como marco os 10 anos do Acordo de Paris, quando os países terão que apresentar seus novos compromissos de redução das emissões de gases de efeitos estufa- GEE, concretizadas em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas- NDC. A chamada aberta para o [Dossiê Especial Agroecologia e suas Dimensões na Abordagem das Urgências Climáticas](#) objetiva acolher artigos sobre diferentes temas que contribuam efetivamente para o debate sobre a Agroecologia como estratégia nesse enfrentamento da crise climática, tendo como “fio condutor” a necessidade de análises críticas das práticas agroecológicas e seu fazer nas organizações, sejam elas governamentais ou da sociedade civil. Lançamento desta chamada: 15 de Agosto de 2024. Recebimento de manuscritos: Até 09 de dezembro de 2024. Avaliação dos Artigos: Até 31 de abril de 2025; Lançamento da Edição Especial online: A partir de 30 de julho de 2025. [Acesse aqui](#) para mais informações.

- O [MDÁudio](#) é o podcast do MDA, que traz temas relevantes para as agricultoras e os agricultores familiares. No sétimo programa, Moisés Savian, Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental, compartilha as novidades envolvendo o programa Florestas Produtivas, após o anúncio do edital durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025

- Os incêndios que atingem as diversas regiões do Brasil causam danos irreparáveis. Segundo o observatório espacial europeu, Copernicus, o ano de 2024 é, até agora, o de maior emissão de gases estufa com origem em incêndios florestais no Brasil, desde 2005. Os prejuízos à saúde da população e à sociobiodiversidade são imensuráveis. Famílias foram obrigadas a deixar suas casas. Escolas, aeroportos e vários tipos de estabelecimentos precisaram ser fechados. O governo federal já trabalha com a hipótese de incêndios criminosos, assim como ocorreu no Pará, em 2019, quando fazendeiros incendiaram mais de 470 propriedades rurais e cunharam essa ação como Dia do Fogo. É necessário que essas novas ações sejam investigadas profunda e seriamente e os responsáveis punidos. E, mais do que nunca, é momento de dizer que a agroecologia é o caminho para a nossa existência e da biodiversidade que nos cerca. Não há Planeta B! Para saber mais sobre casos de incêndios criminosos e a relação desses crimes com o agronegócio, acesse [www.agroefogo.org.br](http://www.agroefogo.org.br)

- Que tal conhecer um grupo de pesquisa focado em alimentação e nutrição afrocentrada? O [CulinAfro](#) é um projeto de extensão e grupo de pesquisa inscrito no CNPq criado em 2014 sob coordenação de Rute Ramos da Silva Costa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O grupo desenvolve pesquisas a partir de cinco linhas: (1) Culinárias africanas: técnicas de preparo, tecnologias sociais e alimentos; (2) Alimentação e cultura afro-brasileira: da culinária doméstica à alimentação escolar; (3) Alimentação escolar e saúde quilombola; (4) Educação Alimentar e Nutricional (EAN), educação popular e promoção da saúde; (5) Saberes e práticas tradicionais de cuidado em saúde: as mulheres negras e os seus quintais. Se quiser conhecer melhor esse trabalho, siga o [perfil do grupo](#) no Instagram.

#### Atividades:

- O [IV Seminário Latino-Americano em Ambiente Alimentar e Saúde](#) vai ser realizado de forma virtual nos dias 24, 25 e 26 de setembro e visa reunir pesquisadores, estudantes, profissionais, gestores e ativistas das áreas de nutrição e saúde pública, envolvidos na temática da relação entre ambiente alimentar e

saúde. O evento tem por finalidade ampliar e aprofundar a reflexão teórica e metodológica sobre a temática em países de renda alta, média e baixa, com destaque para os latino-americanos, bem como discutir políticas públicas para a promoção de ambientes alimentares saudáveis, considerando o contexto das iniquidades sociais.

- O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e o TEEB Agrifood/PNUMA gostariam de convidá-los para o [lançamento do estudo](#) “Avaliação dos benefícios da agricultura urbana e periurbana para as pessoas em Natal”. Será webinar no dia 30 de agosto de 2024 (sexta-feira) entre 10h e 12h (horário de Brasília).

- No dia 5 de setembro, ocorrerá o lançamento da publicação [Lucros adoçados: o manual da indústria para combater os impostos sobre bebidas açucaradas](#), que lista táticas das indústrias de bebidas açucaradas pra combater as políticas de tributação. As inscrições são gratuitas e o evento vai contar com tradução simultânea para o português e trazer relatos de experiências de diferentes países.

- O [Mini Curso Itinerante de Agroecologia](#) chegou a sua 10ª Edição! Depois de passar por alguns assentamentos e pela Escola Nacional Florestan Fernandes, volta novamente a Escola Popular Rosa Luxemburgo em Agudos/SP. O curso é voltado prioritariamente para professoras e professores do Ensino Médio e será realizado de 18 a 20 de outubro.

- A Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável - Aliança/DF, é uma coalizão de organizações da sociedade civil e pessoas em prol do direito humano a alimentação adequada e saudável e políticas públicas acessíveis. Ela irá realizar o [Seminário Do Orçamento ao Prato: Reflexões sobre as Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal](#) no dia 13 de setembro. Na ocasião, lançará a cartilha "Do Orçamento ao Prato".

### **Publicações, boletins e relatórios:**

- A edição de agosto do [Boletim da Rede de Estudos Rurais](#) está no ar! Além das seções com publicações, eventos relacionados aos estudos rurais e dicas de leitura, a partir de agora a revista contará com a seção Opinião, trazendo reflexões sobre a Agroecologia, a política e as relações de mercado, sempre fortemente interligadas.

- O que te faz comprar produtos da sociobiodiversidade da Amazônia? Quais fatores são diferenciais para você? Abrimos uma [consulta pública](#) sobre o consumo de produtos da sociobiodiversidade amazônica, e as respostas permitirão que nosso Projeto trace planos que ajudem as organizações locais a se inserirem no mercado. Nos ajude nessa missão!

- A agricultura urbana e periurbana na região metropolitana de SP poderia abastecer 20 milhões de pessoas. É ano de eleições municipais e a segurança alimentar precisa estar no centro do debate! Você sabia que a produção local de alimentos pode garantir vida mais saudável nas grandes cidades? Em uma parceria com o [@institutoescolhas](#), a Cátedra Josué de Castro produziu a publicação [Produção local de alimentos pode garantir vida mais saudável nas grandes cidades](#), que traça um panorama da saúde e do consumo alimentar das populações de seis capitais – São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém, Curitiba, Distrito Federal – a partir dos dados disponíveis na pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) de 2023 e na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019. Os dados do policy brief mostram que entre 63% e 68% da população das capitais brasileiras não consome frutas, legumes e verduras regularmente – isto é, cinco ou mais dias da semana. O percentual de pessoas vivendo nas capitais que não atingem o consumo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – 400g/dia/pessoa – é ainda mais alto: de 78%, segundo a Vigitel. O estudo também chama a atenção para a responsabilidade da gestão pública, a quem cabe não apenas fomentar a produção de

alimentos nas cidades, mas também implementar ações para que tais alimentos cheguem aos consumidores, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Um exemplo é a cessão de áreas ociosas, como lotes vazios e áreas sob linhas de transmissão, para coletivos de agricultores e associações.

### **Artigos, posts e vídeos:**

- O [Instagram da Dra Valéria Paschoal](#) traz um post muito bacana [sobre o alho](#). Ele é um alimento funcional, riquíssimo em propriedades importantes ao nosso organismo. Fazendo parte da biodiversidade brasileira, o alho possui grande relevância na alimentação e na medicina tradicional. Além de seu uso culinário, o alho tem sido objeto de extensas pesquisas científicas devido às suas propriedades nutricionais e terapêuticas. Confira o conteúdo completo do post e compartilhe os conhecimentos!

- A Tárzia Medeiros, assessora de políticas públicas do Comida do Amanhã, foi entrevistada para a matéria [Você sabe o que os municípios podem fazer pela alimentação?](#), para o O Joio e o Trigo. O texto explica o cenário nas políticas alimentares dos municípios brasileiros e algumas propostas que podem ser incluídas nos planos de governança municipais para promover uma alimentação mais saudável e sustentável.

- O Brasil de Fato traz um artigo chamado [Quem são as mulheres que pesquisam e constroem a agroecologia no Brasil](#) em que mostra que, sob o lema 'Sem feminismo não há agroecologia', elas abrem o terreno para o movimento agroecológico brasileiro.

- Vale conhecer [um blog internacional](#) que mergulha fundo em como as falsas soluções são um pilar do modelo de agronegócio corporativo. A primeira parte explica o modelo de agronegócio e analisa como as falsas soluções se encaixam nele. Em seguida, delineamos oito características das falsas soluções e fornecemos exemplos de como elas funcionam para perpetuar o modelo de agronegócio.

- Comer é um ato político que molda o sistema alimentar que apoiamos. Descubra como o poder financeiro no Brasil influencia nossas opções e perpetua desigualdades sociais. Em [uma entrevista, Raquel Canuto](#) aborda a relação entre o agronegócio, alimentos ultra processados e a concentração de renda. Ao escolher o que comemos, estamos moldando não apenas nossa saúde, mas também o meio ambiente, os direitos trabalhistas e a distribuição de riqueza.

### **Dica extra:**

- Dica do [Sindinutri-SP](#): O e-book gratuito *Orientações nutricionais para analfabetos* foi desenvolvido para colaborar com os profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde - principalmente na Atenção Primária - com pessoas com analfabetismo, para as quais a orientação alimentar e o entendimento das listas de substituições dos alimentos são uma barreira à adesão ao tratamento nos casos de obesidade, hipertensão e diabetes mellitus. O material contém orientações úteis aos profissionais para a educação em diabetes. As imagens são acompanhadas por textos como auxílio adicional às famílias e profissionais de saúde. Para baixar a obra, [clique aqui](#).

### **Cuidado: Veneno!**

#### **Ato virtual defende Pronara e denuncia impactos do agronegócio na agricultura e meio ambiente**

Por Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela vida

Na manhã da última sexta-feira (23), organizações sociais e movimentos populares realizaram a Plenária Virtual em defesa do [Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos \(PRONARA\)](#). O objetivo

principal foi demarcar a importância da mobilização social contra os impactos que o agronegócio tem sobre a vida da população brasileira e que tem passado a boiada no Congresso Nacional ferindo diversos direitos humanos básicos.

A pesquisadora da Abrasco, Karen Friedrich, denuncia a incidência da bancada ruralista no Ministério da Agricultura, que atualmente barra a aprovação do Pronara dentro do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), e aponta que historicamente a pasta sobrepõe seus interesses aos demais setores limitando o processo de registro de agrotóxicos e a atuação da Anvisa e do Ibama no tema.

“Estamos em um cenário onde a lei de agrotóxicos, que é de 1989 e foi construída no âmbito dos movimentos sociais, foi revogada e substituída pela Lei 14.785/2023 do Pacote do Veneno. Já debruçamos muito sobre os impactos desta lei, inclusive em publicações como o livro [Saúde do campo e agrotóxicos](#), que retrata a pressão do ministério da agricultura sobre a pauta de redução de agrotóxicos e como o MAPA vem há muito tempo pressionando as ações que a Anvisa e o Ibama tocavam no sentido de proibir ou restringir o uso de agrotóxicos.”

Nesse sentido, é importante ressaltar que ao todo, o processo da Lei 14.785/2023 do Pacote do Veneno ficou em tramitação por dez anos antes de ser aprovada, prorrogação essa que foi resultado da luta e pressão da sociedade civil e científica. Inclusive, muitas organizações de relevância social e científica emitiram notas contra o então projeto de lei, emitindo parecer técnico sobre como a lei é um retrocesso em diversos aspectos, entre elas, a [Fiocruz](#).

Na esteira das denúncias, a principal delas é a de que o Brasil não é só o maior consumidor de agrotóxicos, como também tem uma maior aprovação de substância com altos níveis de toxicidade. Esse cenário já era crítico e com a aprovação do pacote do veneno tende a se aprofundar. 81% dos agrotóxicos autorizados no Brasil não têm permissão de uso em pelo menos três países da [OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico \(OCDE\)](#).

“Usamos muito agrotóxicos, inclusive produtos tóxicos que outros países estão banindo de seus territórios e o Brasil criando cada vez mais condições de legalizar o registro e utilização desses produtos”, salientou Karen.

Na mesma linha, o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista e deputado Nilto Tatto (PT-SP), abordou outras questões vinculadas ao modelo agronegócio, que são os impactos econômicos não contabilizados nesse cenário.

“Os agrotóxicos são o calcanhar de Aquiles do agronegócio. É difícil vender essa ideia de algo que faz mal para o meio ambiente e a saúde. E tem um aspecto que precisamos apresentar que são os impactos econômicos que esse modelo traz para o orçamento público em [gastos com a saúde, tratando de doenças causadas pelo veneno que consumimos em nosso dia a dia](#)”, ressaltou Tatto.

O parlamentar chamou atenção para a questão ambiental. “O que já temos e percebemos de degradação do solo, tanto pelo uso dos fertilizantes químicos, como também pelos agrotóxicos, custa caro para os cofres públicos. Uma outra questão está vinculada ao acordo do clima que o Brasil faz parte para diminuir a emissão de gás efeito estufa. Sabemos que a maior parte que o Brasil emite está relacionada ao uso do solo. Evidentemente, com um modelo de agricultura expansionista com desmatamentos. Mas, também as emissões causadas pelos químicos usados neste modelo de agricultura” salientou.

Segundo Tatto, o [Pacto pela transição ecológica entre os três poderes](#) aprovado na última semana, não colocaram esses temas no pacto e a sociedade civil, os movimentos populares e organizações precisam trabalhar para que ações coordenadas entre os três poderes para promover a sustentabilidade ecológica, o desenvolvimento econômico sustentável e a justiça social, ambiental e climática. Inclusive, para apontar as contradições desse pacto e possibilitar que projetos, como o Pronara, avancem por lá.

Como sinalizado diversas vezes, a mobilização popular foi e continua central para manter pautas centrais como essas na ordem do dia, mesmo diante de retrocessos. Nesse sentido, Ceres Hadich da coordenação nacional do MST, comentou o quanto essa é uma luta histórica que se insere em um contexto mais amplo que é determinado pela correlação de forças.

“Assim como em outros tempos históricos nós não conseguimos estabelecer uma correlação de forças o suficientemente grande para poder avançar com a aprovação de uma política de combate e não só de redução dos agrotóxicos em nosso país, mais uma vez, a gente segue vendo essa correlação desigual para a classe trabalhadora e seu projeto popular de agricultura”, explicou Ceres. Ficou evidente o quanto o

Pronara vem dessa construção coletiva e portanto, defendê-lo em um contexto tão ofensivo deve seguir no horizonte.

“Pronara é resultado de um processo histórico que não começa em 2014 e sim, reflete uma mobilização da sociedade civil na pauta dos agrotóxicos. Sobretudo, na pauta pela alimentação saudável, pela defesa do meio ambiente e saúde. É uma pauta da sociedade brasileira, é em si o resultado de um esforço coletivo de incidência sobre o Estado para cobrar políticas públicas que invertam o papel deste no apoio e financiamento, na potencialização da agricultura quimicamente dependente, que é o agronegócio”, demarcou Fran Paula, engenheira pesquisadora e quilombola.

Nesse sentido, vale ressaltar que em meio às movimentações distintas realizadas pelo campo social, o Encontro da Direção Nacional do MST com o Presidente Lula, na Residência Oficial da Granja do Torto, em Brasília, DF, abordou os principais desafios do Brasil, em especial, do campo, foi incluído o tema do Pronara e a luta contra os agrotóxicos nesse contexto histórico.